

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Silva, Flávio Bastos da

Entre a reforma e a repressão : a transformação do PCCh com Hu Jintao e Xi Jinping

<http://hdl.handle.net/11067/7778>

<https://doi.org/10.34628/AW30-P032>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 09 (Janeiro-Junho 2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-02-23T20:34:07Z com informação proveniente do Repositório

Entre a reforma e a repressão: a transformação do PCCh com Hu Jintao e Xi Jinping

Between Reform and Repression: The CCP's Transformation Under Hu Jintao and Xi Jinping

Flávio Bastos da Silva

Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais (Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (Universidade Lusíada). Membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política (Universidade do Minho)

Email: flaviobsilva2000@gmail.com

ORCID: 0009-0003-2302-7361

DOI: <https://doi.org/10.34628/AW30-P032>

Sumário

1. Introdução

2. Caracterização do sistema político da RPC: A Constituição e o PCCh

3. A liderança de Hu Jintao e a tentativa de democratizar o PCCh

4. A consolidação do poder e o combate à corrupção com Xi Jinping; 5. Conclusão

Referências bibliográficas

Resumo: A República Popular da China (RPC) é estruturada em torno de um modelo político centralizado no Partido Comunista Chinês (PCCh), sendo este o responsável pelo controlo de todos os aspectos governativos. Para garantir a continuidade deste modelo, impôs-se aos líderes políticos a definição de estratégias destinadas a assegurar a continuidade da hegemonia do PCCh. Este artigo propõe-se a analisar a evolução destas estratégias nas duas lideranças mais recentes, Hu Jintao e Xi Jinping, utilizando uma abordagem predominantemente qualitativa com recurso aos métodos hermenêutico e comparado. O artigo divide-se da seguinte forma. Na primeira parte apresentamos uma caracterização do sistema político chinês. Nas secções seguintes analisamos os aspetos da governação em Hu e Xi relativos ao nosso objeto de estudo. A conclusão sumariza as descobertas, concluindo que as estratégias adotadas pelos dois líderes partilham algumas

semelhanças, mas diversos aspetos distintos, evidenciando assim perceções divergentes sobre as necessidades do Partido.

Palavras-chave: China; Partido Comunista Chinês; Hu Jintao; Xi Jinping; Governação política; Liderança comparada.

Abstract: The People's Republic of China (PRC) is structured around a political model centred on the Chinese Communist Party (CCP), which is responsible for controlling all aspects of governance. To ensure the continuity of this model, political leaders have been compelled to define strategies designed to secure the CCP's hegemony. This article aims to analyse the evolution of these strategies under the two most recent leaderships, Hu Jintao and Xi Jinping, employing a predominantly qualitative approach utilizing hermeneutic and comparative methods. The article is structured as follows. The first part provides a characterization of the Chinese political system. The subsequent sections examine governance aspects under Hu and Xi relevant to our study. The conclusion summarizes the findings, concluding that while the strategies adopted by both leaders share some similarities, they also exhibit distinct aspects, thus highlighting differing perceptions about the Party's needs.

Keywords: China; Chinese Communist Party; Hu Jintao; Xi Jinping; Political governance; Comparative leadership.

1. Introdução

A República Popular da China (RPC) foi fundada em 1949, aquando da vitória das forças do Partido Comunista Chinês (PCCh) sobre as forças nacionalistas do Kuomintang na guerra civil que durava desde a década de 1920. Fundado na lógica da 'revolução permanente' de Mao Zedong e da sua interpretação do marxismo, este novo Estado adotou um modelo político similar a outros regimes comunistas, como o da União Soviética. Nas décadas que se seguiram, o PCCh assegurou o controlo total do poder político na RPC, mas não sem que se visse diante de alguns obstáculos. Assim, os líderes chineses foram definindo estratégias e políticas cada vez mais capazes de assegurar a continuidade do modelo político centrado no Partido.

O estudo das dinâmicas em torno da hegemonia e resiliência do PCCh tem sido objeto de diversos estudos. Alguns exemplos são os trabalhos de Shambaugh (2008), Xing (2018), Lam (2020), Saich (2020), e Cunha (2022). Em termos comparativos entre as duas mais recentes lideranças (Hu Jintao e Xi Jinping), por sua vez, existem diversos estudos relacionados às alterações em termos de participação política (Fu e Distelhorst, 2018) e de *agenda-setting* (Chan, Lam e Chen, 2021). A literatura relativa à evolução das estratégias de resiliência e de reforço do po-

der do PCCh, e a análise comparativa destas durante as lideranças de Hu e Xi, é, porém, escassa.

Esta investigação propõe-se, assim, a explorar e compreender a evolução das estratégias e políticas destinadas à resiliência e conservação da hegemonia do PCCh, estudando de forma comparativa as lideranças de Hu Jintao e de Xi Jinping. Para tal, adotaremos uma abordagem predominantemente qualitativa, com recurso ao método hermenêutico e ao método comparado diacrónico, procurando responder à seguinte questão de investigação: *Como evoluíram as estratégias destinadas à conservação da hegemonia do Partido Comunista Chinês entre as lideranças de Hu Jintao e de Xi Jinping?* A baliza temporal do nosso estudo inicia-se em 2003, quando Hu Jintao toma posse como Presidente da República Popular da China, e termina no início de 2024, durante a presidência de Xi Jinping.

Dividiremos o nosso trabalho da seguinte forma. Na primeira parte apresentaremos uma breve caracterização do Sistema Político da República Popular da China, focando-nos no aspeto formal e no aspeto funcional (*praxis*). Nas partes seguintes analisaremos as lideranças de Hu Jintao e de Xi Jinping nos aspetos que concernem ao nosso objeto de estudo. A conclusão sumariza as descobertas, procedendo à análise comparada de ambas as lideranças.

2. Caracterização do Sistema Político da RPC: a Constituição e o PCCh

Histórica e filosoficamente a China é, em grande medida, uma construção política centralizada e autoritária. Porém, se autores como Kung-chuan Hsiao (1979) preferem classificá-la como um ‘Estado autoritário e despótico’ (*zhuānzhì guójiā*), outros, como Pines (2012), optam antes pela utilização de outros termos como ‘*ruler-centered polity*’, o que pode ser traduzido como ‘unidade política centrada no governante’.

Atualmente, a República Popular da China é um regime autoritário assente num Sistema Político onde Estado e Partido confundem-se. A Constituição da República Popular da China prevê a existência de três principais órgãos de controlo do poder político: o Congresso Nacional do Povo, o Presidente, e o

Conselho de Estado. Através de uma breve análise da Constituição apercebemo-nos que a sede do poder se encontra no Congresso Nacional do Povo, sendo esta a mais alta instituição do Estado, possuindo como competência a eleição do Presidente e do Premier (Constituição da República Popular da China, 1982, art. 57.º a 62.º). O Conselho de Estado, por sua vez, é o órgão executivo e o responsável pela administração do Estado, tendo como competências a gestão da economia, da educação e da defesa nacional, a celebração de acordos internacionais, o controlo da administração pública, a execução das leis aprovadas pelo Congresso Nacional do Povo, e sendo, também, competente para apresentar propostas legislativas a este órgão (Constituição da República Popular da China, 1982, art. 85.º a 89.º). O Presidente, por sua vez, é o responsável pela proposta do Premier e dos demais elementos do Conselho de Estado, bem como pela promulgação das Leis (Constituição da República Popular da China, 1982, art. 79.º a 81.º). Em termos formais, o Sistema Político de Governo da República Popular da China configura-se como um Sistema de Convenção (ou de Assembleia). Apesar disso, a prática política revela-nos uma configuração diferente do controlo do poder político. Observamos que embora a sede aparente do poder resida no Congresso Nacional do Povo, a sede efetiva localiza-se atualmente no Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês que é, em simultâneo, o Presidente da RPC. Tal deve-se ao facto de a República Popular da China ser um *one-party state*, isto é, um Estado onde as estruturas do Estado e do Partido não só se assemelham como se confundem.

Esta *praxis* é, por um lado, resultado da predominância do Partido Comunista Chinês no Sistema Político da RPC, e, por outro, de um processo de centralização do poder político no líder absoluto. Aquando da fundação da RPC, em 1949, foi necessário configurar um Sistema Político que assegurasse a continuidade do modelo político comunista, urgindo ainda a evolução do PCCh de organização revolucionária para elemento de governo, pelo que Beijing “adotou a estrutura de governação soviética de um *party-state* – incluindo uma relação estreita entre o partido e o governo, com o PCCh a desempenhar o papel de liderança dominante” (Li, 2020, p.

34). O PCCh garantiu, assim, desde o primeiro momento o controlo das instituições e dos órgãos de governo, nomeadamente do Congresso Nacional do Povo e do Conselho de Estado, bem como da Comissão Militar Central e até de certos setores como as forças armadas, as empresas, e as escolas (Guo, 2001; Li, 2020). Tal como aponta Li (2020), a hegemonia do PCCh tem sido assegurada pelo *design* institucional e pelo processo de nomeação aos cargos políticos, encontrando-se o Partido, totalmente integrado nas estruturas de governo, o que se observa tanto pela sua presença em todos os órgãos de poder – desde as estruturas locais aos órgãos de governo nacionais – como pelo controlo das decisões políticas “através de um sistema de *nomenklatura* – uma lista de cargos a serem preenchidos por nomeação do Partido” (p.34). Zheng (2014), explica a relação entre o Partido Comunista Chinês e o Estado da seguinte forma: “regra geral, o partido (os seus comités a vários níveis) toma decisões políticas importantes, enquanto o governo, nomeadamente o Conselho de Estado, executa essas decisões” (p.163).

Constatamos, portanto, que a posição hegemónica do PCCh dentro do Sistema Político da RPC é assegurada pela existência de um sistema onde Estado e Partido “são estruturados em paralelo, mas de forma unida” (Li, 2020, p. 34), o que não só garante a coordenação entre ambos, como permite uma simbiose que se traduz numa fusão entre o PCCh e o Estado chinês. Dentro do PCCh, por sua vez, e apesar das competências do Comité Central e do Politburo, as opções políticas verdadeiramente importantes são decididas através de ‘pequenos grupos de liderança’ (*leading small groups*, em inglês, ou *lǐngdǎo xiǎozǔ*, em chinês), funcionando na fronteira entre o Partido e o Estado (Miller, 2008; Ruiz, 2016).

O Sistema Partidário chinês não é, apesar disso, unipartidário. A par do PCCh existem oito outros partidos políticos. Apesar disso, estes partidos de menor dimensão respondem e funcionam de acordo com as exigências do PCCh. Esta relação insere-se dentro de um segmento da estrutura política da China que usualmente é designado por ‘sistema político de consulta’, e que compreende não só a cooperação entre o PCCh e estes demais partidos, como também a colaboração com

outras organizações da sociedade civil, através Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (*zhōngguó rénmín zhèngzhì xiéshāng huìyì*) (Eto, 2022). A par da Conferência Consultiva Política, destaca-se ainda o papel da Departamento de Trabalho da Frente Unida (UFD) (*zhōnggòng zhōngyāng tóngyī zhànxiàn gōngzuò bù*), responsável por apoiar e supervisionar o estabelecimento de relações entre o PCCh, os indivíduos e as organizações da sociedade civil (Ruiz, 2016).

3. A liderança de Hu Jintao e a tentativa de democratizar o PCCh

Hu Jintao tornou-se Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês em 2002, assumindo o papel de Presidente da República Popular da China no ano seguinte, e o cargo de Presidente da Comissão Militar Central em 2004, naquela que foi “a primeira transferência de poder pacífica e ordeira na história da RPC”, sendo ainda marcada pela continuação da “prática do líder do partido no poder servir tanto como chefe de estado quanto como líder das forças armadas” (Ding, 2015, p. 55). Esta prática política foi iniciada por Jiang Zemin, sendo que até então, o líder da RPC nem sempre era o detentor do controlo formal das instituições políticas, e, por vezes, nem sequer o líder formal do PCCh.

Enquanto na política externa a governação de Hu Jintao pode ser sintetizada na ideia de ‘Ascensão Pacífica’ (*zhōngguó héping juéqǐ*), dando continuidade à estratégia de ‘*keeping a low profile*’; na política doméstica, Hu definiu como objetivo a construção de uma ‘Sociedade Socialista Harmoniosa’ (*shèhuì zhūyì héxié shèhuì*) – conceito introduzido na Constituição da RPC em 2007 – estabelecendo, para isso, como grande estratégia a ‘Visão Científica de Desenvolvimento’ (*kēxué fāzhǎn guān*), e elegendo como prioridades a justiça social, o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental (Gilley, 2019; Xinhua, 2012; Zheng e Tok, 2007).

As preocupações de Hu Jintao para com a integração social e o desenvolvimento económico resultaram na “adição de uma ‘nova classe social’ de trabalhadores qualificados na gestão de empresas privadas e estrangeiras, seguindo uma lógica que instava à unificação dos cidadãos em torno do núcleo do Partido Comunista” (Eto, 2022, p. 216). A

“Hu Jintao propôs-se a discutir com os representantes do Partido as suas opções políticas, disponibilizando-se de forma inédita a ser responsabilizado perante os demais membros do Partido”

par disto, Hu Jintao também procurou promover a introdução de novos elementos na Conferência Consultiva Política, numa tentativa de democratizar o PCCh (Eto, 2022; Ruiz, 2016). Como constata Wong (2010), consciente da sua falta de carisma e da pouca autoridade, credibilidade e apoios dentro do Partido, Hu Jintao apercebeu-se rapidamente da necessidade de reforçar a sua base de legitimidade, apostando no reforço da democraticidade interna do PCCh de forma não só a consolidar e proteger o seu poder, mas também de modo a monitorizar e evitar o abuso de poder.

Deste modo, e logo em outubro de 2003, durante o 16º Congresso do PCCh – realizado sensivelmente um ano após ser designado como Secretário-Geral –, Hu Jintao propôs-se a discutir com os representantes do Partido as suas opções políticas, disponibilizando-se de forma inédita a ser responsabilizado perante os demais membros do Partido de forma a consolidar a sua base de apoio (Ding, 2015; Wong, 2010). No mesmo sentido, Hu Jintao introduziu o ‘mandato fixo dos representantes do Partido’, contrariando uma tendência na qual os representantes do Partido nos níveis inferiores de governação, após terem eleito o secretário, cessavam as suas funções. Com a alteração promovida por Hu Jintao, estes representantes passaram a permanecer em funções mesmo após a eleição do secretário, sendo responsáveis pela sua moni-

torização (Landry, 2009; Wong, 2010).

Hu Jintao procurou, ainda, alargar os mecanismos de controlo democrático do PCCh às bases do partido, ou seja, às massas populares. Desta forma, Hu reinterpretou a teoria das ‘Três Representações’ de Jiang Zemin, considerando que a sua essência seria “estabelecer um Partido dedicado aos interesses públicos e governar para o povo” (*lidang weigong, zhizheng weimin*) (Renmin Ribao, 2003). Desta forma, Hu Jintao relacionou os interesses do Estado e do Partido com os interesses do povo chinês, considerando que este é o “suporte que, em última análise, determina se um partido marxista-leninista ou um regime político pode sobreviver” (Bo, 2004, p. 37). Tal como Hu Jintao afirmara em 2002,

Os quadros dirigentes a todos os níveis devem continuar a trabalhar a nível popular, indo entre as massas, ouvindo o apelo das massas, atendendo às dificuldades das massas, exercendo o poder para o povo, tendo empatia com os sentimentos do povo, e trabalhando pelo bem-estar das pessoas. (Hu 2002, as cited in Golden 2014, p.1).

Em 2004, através da ‘Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre o Fortalecimento da Capacidade Governamental do Partido’, foi admitido pelo PCCh que o “estatuto de governante do partido não é inerente, nem é algo que possa ser alcançado de uma vez por todas” (Xinhua, 2004), refletindo a consciência de que o Partido e o líder dependem, acima de tudo, do apoio do povo. O legado de Hu Jintao tem sido, por isso, apelidado como os ‘Novos Três Princípios do Povo’ (*xīn sān mǐnzhǔ*), em alusão aos ‘Três Princípios do Povo’ (*sān mǐnzhǔ*) desenvolvidos por Sun Yat-sen, fundador do Kuomintang, no início do século XX (Golden, 2014; Lam, 2003). Estes três princípios podem ser sintetizados do seguinte modo: o poder deve ser exercido para o povo; os oficiais do Partido devem estar conscientes e ser lembrados da sua função de exercer o poder para o povo; e os oficiais do Partido devem preocupar-se com o povo e trabalhar de modo a beneficiar o povo (Golden, 2014; Holbig, 2009; Wong, 2010).

Ainda dentro desta dimensão, Hu Jintao procurou promover a participação popular através da criação de novos mecanismos que permitissem aos cidadãos dirigir petições às

autoridades, uma prática da qual, aliás, já há registos desde os tempos imperiais através do *xinfāng*, literalmente ‘cartas e visitas’ (Fu & Distelhorst 2018; Qiaoan & Teets 2020). Neste sentido, a partir de 2007, por impulso da ‘Portaria de Informação Governamental Aberta’, foram criados diversos portais digitais a partir dos quais os cidadãos passaram a poder dirigir petições às autoridades de governo central e local, e cuja capacidade de resposta contribuiu para o reforço da satisfação do povo para com o Partido (Fu & Distelhorst 2018; Qiaoan & Teets 2020). Porém, e se o governo central, por um lado, parecia alargar a sua recetividade quanto às petições populares, por outro, procurava, em simultâneo, reforçar a repressão sobre os que criticavam o regime, concentrando os esforços nas autoridades locais, às quais foi concedida autorização para adotar as medidas necessárias tendo em vista a estabilidade política e social. Um dos mecanismos utilizados foi o ‘sistema de veto único’ (*yī piào fǒujué*), que responsabilizava os funcionários locais pelos incidentes, afetando as suas carreiras, e, por isso, resultando na utilização de “meios extralegais para intimidar os peticionários persistentes, incluindo a sua detenção em prisões informais e a sua força a regressar às suas cidades de origem” (Fu & Distelhorst 2018, p.104).

No âmbito do combate às opiniões dissidentes, Hu Jintao visou tanto os críticos internos como externos. Assumindo uma postura defensiva quanto ao Ocidente, a China de Hu Jintao estabeleceu como alvo a comunicação social ocidental, acusando-a de atacar o sistema político chinês. Em simultâneo, e considerando que a comunicação social chinesa difundia valores liberais e críticas ao regime, Hu Jintao reforçou o controlo sobre os órgãos de comunicação social (Cook, 2013). Assim, e ainda que, momentaneamente, tenha adotado uma postura mais tolerante face às críticas tanto dos média como de alguns académicos, Hu Jintao rapidamente infltiu a sua posição, reforçando, sobretudo após 2004, o controlo sobre a sociedade civil. Uma das primeiras iniciativas surgiu quando “o Departamento de Propaganda emitiu uma diretriz que proibia os meios de comunicação social de noticiar especificamente sobre ‘motins, explosões, manifestações e greves laborais’”, o que foi seguido pela censura e

proibição de publicação de diversos jornais e revistas, e, a partir de 2006, pelo reforço do “controlo sobre a divulgação de notícias por agências estrangeiras dentro da China” (Wong, 2010, pp. 68–69), submetendo-as ao escrutínio da Xinhua, o que se agravou durante os Jogos Olímpicos de Beijing. Também em termos digitais, houve um crescente reforço da vigilância e da censura do discurso dos cidadãos chineses no âmbito dos projetos *Great Firewall* e *Golden Shield*, resultando na “criação de uma força policial da Internet para fazer cumprir as leis cibernéticas, investigar sites subversivos e encontrar ou prender internautas, jornalistas e ativistas por publicarem conteúdo inflamatório” (Taylor, 2022, p. 53). Neste sentido, em 2007, Hu Jintao anunciou uma campanha destinada a ‘purificar’ a internet (Reuters, 2007). Mais tarde, durante o 17º Congresso Nacional do PCCh, assegurou que iria “intensificar os esforços para desenvolver e gerir a cultura da Internet e promover um bom ambiente cibernético” (Jintao, 2007). Assim, e tal como salientam Fu & Distelhorst (2018), a liderança de Hu Jintao ficou marcada por uma ‘abordagem fragmentada’ quanto à repressão, criando novos canais de diálogo, mas continuando a “prender dissidentes que procuravam promover a democracia e os direitos humanos” (p.103).

Por outro lado, o combate aos ideais liberais e democráticos desenvolveu-se também através do meio académico e científico. Na tentativa de assegurar a continuidade do PCCh e de fortalecer, mas também de renovar a sua ideologia, foi desenvolvido o projeto ‘*Marxist Theory Studies and Construction*’, através do qual foi criada, em 2005, a ‘Academia do Marxismo’, uma instituição de pesquisa inserida dentro da Academia Chinesa de Ciências Sociais e com o objetivo de aprofundar e desenvolver a teoria política chinesa, nomeadamente, o Pensamento de Mao Zedong, a Teoria de Deng Xiaoping, e a Teoria das Três Representações de Jiang Zemin (Holbig, 2009; Wong, 2010).

O período sob a liderança de Hu Jintao ficou também marcado pelo reforço do combate à corrupção, dando continuidade aos esforços já iniciados anteriormente por Jiang Zemin. Uma das primeiras iniciativas foi a utilização do Gabinete de Auditoria da República Popular da China (*zhōnghuá rénmín gònghé-*

guó shěnjì shǔ) para expor o desvio de fundos públicos por entidades e empresas estatais (Wong, 2010). Posteriormente, em 2007, foi criado o Gabinete Nacional de Prevenção da Corrupção (*guójiā yùfáng fǔbài jú*) com a missão de “supervisionar e regular o uso do poder e adotar medidas eficazes para prevenir o abuso de poder” (Xinhua, 2007). Tal como constata Gilley (2019), este novo organismo “foi estabelecido com maior autonomia e autoridade – pelo menos no papel – do que o seu ineficaz antecessor” (p.142).

Adicionalmente, o combate à corrupção também se desenvolveu em ligação com a promoção da democracia interna no Partido. Apercebendo-se de que a concentração do poder nas mãos de líderes individuais – tanto no plano local como regional e nacional – era uma das principais fontes de corrupção, Hu Jintao promoveu a adoção de novos regulamentos internos do PCCh, criando mecanismos capazes de assegurar a monitorização dos cargos públicos e o controlo e responsabilização dos funcionários de níveis inferiores. A par disso, estabeleceram-se, ainda, regras de decisão política, promovendo a decisão coletiva em detrimento da decisão individual (Fewsmith, 2012; Gilley, 2019). De um modo geral, o combate à corrupção foi priorizado por Hu Jintao como uma condição fundamental para o reforço da legitimidade do Partido Comunista Chinês, resultando na prisão de diversos membros, condenados por abuso do poder (Gilley, 2019). Apesar disso, as estratégias de Hu Jintao depararam-se com inúmeros obstáculos, sobretudo na execução das novas leis e regulamentos que nem delimitaram concretamente as competências dentro do Partido, nem criaram mecanismos formais de supervisão, revelando-se incapazes de impedir a propagação da corrupção (Fewsmith, 2012; Wong, 2010).

Hu Jintao procedeu, ainda, à continuação do processo de institucionalização das decisões políticas iniciado por Deng Xiaoping, o que, aliás, é desde logo visível pela estabilidade da transição entre Jiang Zemin e Hu Jintao (Ding, 2015; Li, 2012). Na definição de Zheng (2014), institucionalização significa “a despersonalização do poder dentro do PCCh” e traduz-se na “construção de um conjunto de instituições que lidam com as políticas de elite” (pp.170–171). Este processo foi iniciado após Tiananmen com um duplo objetivo: por

um lado, tornar o processo de decisão política mais previsível e rotineiro; e, por outro, fazer face à excessiva concentração de poder protagonizada por Mao Zedong, acabando com a ‘política revolucionária’ e de oposição constante (Miller, 2008). Quando Hu Jintao chega ao poder, ao contrário do verificado durante a governação de Mao, a progressiva institucionalização levava a uma procura de consenso entre as principais figuras do Partido, estabelecendo uma liderança coletiva, ao mesmo tempo em que já se verificava a existência de “rotinas bem estabelecidas de consulta, análise e revisão por órgãos e circunscrições até o nível provincial” (Miller, 2008, p. 62).

Observamos, assim, e como referiu Li (2012) em 2012, último ano do mandato de Hu Jintao, que “ao longo das últimas três décadas, a China tem vindo gradualmente a afastar-se do domínio de um único e carismático líder todo-poderoso, como Mao Zedong e Deng Xiaoping, para uma forma coletiva de liderança” (p.608). A falta de carisma ou de um imponente passado revolucionário em Hu Jintao, por oposição aos seus antecessores, direcionou o PCCh no sentido de uma cada vez mais sentida liderança coletiva, obrigando Hu a formar coligações internas para atingir os seus objetivos e reforçando, deste modo, a sua posição de *primus inter pares* (Li, 2012; Miller, 2008). Assim, e enquanto a governação de Jiang Zemin ficou marcada pela introdução de novos atores no Partido Comunista Chinês, nomeadamente empresários, numa visão que ficou conhecida como ‘Teoria das Três Representações’, a governação de Hu Jintao foi marcada pelo apelo à democracia interna do PCCh através do reforço dos *checks and balances* e da institucionalização do processo decisório (Duchâtel & Godement 2009; Li 2012). Este sistema de *checks and balances* visou sobretudo assegurar a distribuição da responsabilidade e prevenir a atuação arbitrária de um pequeno grupo (Xinhua, 2007). Deste modo, a governação de Hu Jintao pouco se assemelha à de Mao Zedong ou de Deng Xiaoping, sendo a preponderância absoluta do líder substituída pelo consenso entre as elites do Partido.

4. A consolidação do poder e o combate à corrupção com Xi Jinping

No final do período sob a liderança de Hu Jintao, e ainda que alguns setores da sociedade demonstrassem larga satisfação para com as conquistas de Hu e de Wen Jiabao – nomeadamente o campesinato, mas também académicos mais liberais que viam em Wen a possibilidade de uma reforma política –, denotava-se de entre dos académicos e da elite política um descontentamento generalizado para com as opções políticas adotadas pelo Secretário-geral do PCCh, acusando-o de ‘inação’ (*wúwéi*) e apelidando o seu mandato como ‘a década perdida’ (Li, 2012). Xi Jinping surge, assim, como uma nova esperança para aqueles que advogavam uma liderança mais firme.

Quando, em 2012, Xi Jinping ascende à liderança do Partido Comunista Chinês, tornando-se, no ano seguinte, no novo Presidente da RPC, fica de imediato patente uma alteração do rumo político face ao seu antecessor. Elegendo como grande prioridade o ‘Sonho Chinês’ (*Zhōngguó de Mèngxiāng*) e assumindo o objetivo do ‘grande rejuvenescimento da nação chinesa’ (*zhōnghuá mínzú wěidà fùxīng*), Xi Jinping adota uma postura mais assertiva e pragmática. Abraçando o legado doutrinário dos seus antecessores – o Pensamento de Mao Zedong, a Teoria de Deng Xiaoping, as ‘Três Representações’ de Jiang Zemin, e o ‘desenvolvimento científico’ de Hu Jintao – Xi propõe uma nova visão ideológica tendo em vista a “construção integral de uma sociedade moderadamente abastecida” e a transformação da China “em um poderoso país socialista modernizado, próspero, democrático, civilizado, harmonioso e belo” (Jinping, 2017). Esta visão foi apelidada de ‘Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era’, e tendo em vista a sua prossecução foram eleitas 14 prioridades, dentre elas: 1) “persistir na liderança do Partido em todos os domínios”, reforçando o seu poder e centralizando a liderança no Comité Central; 2) “persistir em ter o povo como centro”, reafirmando o legado dos seus antecessores; 3) “persistir no aprofundamento integral da reforma” tendo em vista “a modernização do sistema e da capacidade de governação do Estado”; 4) “persistir na posição do povo como dono do país”; e 5) “persistir na admi-

nistração integral do Partido com disciplina rigorosa”, através do reforço da sua disciplina interna e da supervisão (Jinping, 2017). Xi Jinping, apresenta, assim, a sua doutrina política, centrada no desenvolvimento económico e social e na afirmação internacional da RPC, bem como no reforço do poder e da legitimidade do PCCh, este último o qual Xi considera fundamental para alcançar os anteriores (Carriço, 2013; Cheek, 2021; Tomé, 2021).

Neste sentido, os principais objetivos de Xi têm sido a luta contra a corrupção, a centralização do poder e a reforma política e administrativa do Estado (Cunha, 2022; Tomé, 2021). Nesta ótica, e tal como Hu Jintao, Xi promoveu o reforço do ‘centralismo democrático’, empenhando-se na democratização dos processos de decisão interna, o que não deve, porém, ser interpretado “como uma liberalização ideológica, mas antes como uma tentativa de refinar e melhorar os seus [do PCCh] métodos funcionais e orgânicos” (Cunha, 2022, p. 39). A par disso, Xi Jinping terminou com a limitação ao mandato do Presidente da RPC, permitindo-lhe continuar indefinidamente no poder, promoveu a revisão e defesa da Constituição e dos seus valores, e reforçou a capacidade de controlo do PCCh nas esferas da sociedade e economia (Blanchette & Medeiros 2022). A sua governação tem também sido muito marcada por um discurso nostálgico – recuperando elementos clássicos da cultura e do pensamento chinês, nomeadamente as ideias de harmonia e da *Tiānxià* – e paternalista, assumindo como compromisso a revitalização e o rejuvenescimento do Partido e da nação chinesa, numa tentativa de, mediante o reforço da ligação entre o PCCh e o povo e através do culto do líder, evitar um desfecho similar ao do Partido Comunista da União Soviética (Duarte, 2017; Saich, 2020). Convicto de que a continuidade da hegemonia do PCCh depende não só da sua capacidade de adaptação às circunstâncias, mas também da capacidade deste em se reinventar, Xi Jinping tem promovido verdadeiras reformas dentro do Partido e do sistema político chinês, assim como gigantescas iniciativas externas. Assim, e a par do ‘Sonho Chinês’, a China de Xi tem apostado em imponentes projetos como a Faixa e Rota (*yīdài yīlù* 一路一路), que não só tem um objetivo externo relativo

ao comércio e à governança global, como um objetivo interno de enaltecer o Partido e a nação chinesa (Duarte, 2017).

Em conjunto com estas estratégias, Xi Jinping tem também procurado reforçar a supervisão dentro do PCCh através de “reformas orgânicas implementadas (...) nas esferas judicial, militar e legislativa”, tendo em vista “reverter muitas das mudanças consolidadas pela relativa liberalização das últimas décadas” (Cunha, 2022, p. 47). Assim, e na tentativa de modernizar e aprofundar o sistema de governação da RPC e do PCCh, reforçando, em simultâneo e de forma permanente, a hegemonia do Partido dentro do sistema político chinês, Xi Jinping promoveu, em 2018, uma revisão da Constituição que, por um lado, terminou com a limitação do número de mandatos (Silva 2019), e, por outro, introduziu a “liderança do Partido Comunista da China” no texto constitucional, designando-a como “a característica definidora do socialismo com características chinesas” (Constituição da República Popular da China, 1982, art. 1). Adicionalmente, foi ainda introduzida na Constituição a doutrina política de Xi Jinping, o ‘Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era’, a qual consta do Preâmbulo do texto constitucional, a par do Pensamento de Mao Zedong, da Teoria de Deng Xiaoping e da teoria das ‘Três Representações’ de Jiang Zemin.

Seguindo a mesma lógica, Xi Jinping tem buscado centralizar o poder dentro do Partido em órgãos por si controlados, de forma a “reverter a tendência de descentralização política e a melhorar a eficácia da coordenação da política central” (Guo, 2020, p. 819). Neste sentido, procedeu à criação de diversas comissões e comités especializados tendo em vista “fortalecer não só o papel de coordenação central do Partido, mas também a cooperação interdepartamental e a consistência política” (Guo, 2020, p. 817), sendo que muitas destas comissões são lideradas pelo próprio Xi. A partir daí teve lugar o progressivo desenvolvimento teia destinada ao reforço do controlo das instituições políticas pelo Partido e deste por Xi, levando a com que “poderosos órgãos de tomada de decisão do PCCh, novos e ampliados, muitos liderados diretamente por Xi, agora dominem domínios políticos antes relegados ao Conselho de

Estado” (Blanchette & Medeiros 2022, p.78). Por outro lado, Xi Jinping também tem procurado centralizar o poder no Comité Central do Partido, o principal órgão do Partido e também por si controlado através do Politburo. Xi Jinping reduziu, ainda, o Comité Permanente do Politburo para a dimensão anterior a Hu Jintao, assegurando um maior controlo sobre este órgão (Gilley, 2019).

Durante o 20º Congresso do PCCh, realizado em outubro de 2022, Xi Jinping deixou bem claro o seu interesse para com a centralização do poder. De forma inédita e ousada, Xi rompeu com a tradição de continuidade dentro do Politburo e do Comité Permanente do Politburo do PCCh, expulsando diversos membros e apontando novos “com base na sua lealdade e posturas ideológicas em vez de meritocracia e pragmatismo” (Zhao, 2023, p. 2). A par disto, e assegurando a saída de Li Keqiang e de outros membros, Xi Jinping “eliminou a facção da Liga Comunista de Hu Jintao e perturbou um antigo equilíbrio de poder”, pelo que “agora governa o país sem interferência de quaisquer rivais credíveis” (Zhao, 2023, p. 2). Em contraste com as estratégias adotadas por Hu Jintao, Xi Jinping procurou, noutra sentido, reforçar o controlo da UFWD pelo PCCh, numa tentativa de consolidar a autoridade do Partido (Eto, 2022). Na decorrência disto, em 2021 foi lançado um *white paper* intitulado ‘China’s New Political Party System’ (*zhōngguó xīnxíng zhèngdǎng zhìdù*), curiosamente traduzido para o inglês como ‘China’s Political Party System: Cooperation and Consultation’, o qual colocava em foco a ‘Democracia ao Estilo Chinês’ (*Chinese-style democracy*), criticando a Democracia Ocidental pelas suas debilidades.

A par destas estratégias, Xi Jinping tem procurado assegurar a consolidação do poder do PCCh também através da luta contra a corrupção. Pouco depois de assumir o poder, Xi iniciou a elaboração de uma gigantesca campanha com o propósito de fiscalizar, julgar e condenar o abuso de poder por membros do Partido e das empresas estatais (Gang, 2020; Guo, 2020). Através da Comissão Central de Inspeção Disciplinar (*zhōngguó gòngchǎndǎng zhōngyāng jìlǜ jiǎnchá wěiyuánhùi*), e da Comissão Nacional de Supervisão (*zhōnghuá rénmín gònghéguó guójiā jiǎnchá wěiyuánhùi*), que veio substituir o Gabinete Nacional de

Prevenção da Corrupção, a campanha lançada por Xi tem tido como principais alvos os líderes superiores do partido (Kautz, 2020; Zhou, 2018). Comparativamente ao seu predecessor, a Comissão Nacional de Supervisão dispõe de “uma ampla gama de poderes, incluindo congelamento de bens, busca e detenção” (Guo, 2020, p. 817), tendo como competência “realizar a supervisão de todos os funcionários públicos que exercem o poder público, investigar violações e crimes que abusam de cargos públicos, realizar esforços para estabelecer um governo limpo e combater a corrupção e preservar a dignidade da Constituição e das leis” (Congresso Nacional do Povo, 2018). A luta contra a corrupção não é algo propriamente novo na estratégia dos líderes chineses, porém ao analisarmos a campanha lançada por Xi em comparação com as campanhas dos seus antecessores, observamos uma diferença notória em termos de intensidade, alcance e objetivos (Gang, 2020).

Como constata Gilley (2019), nos primeiros cinco anos sob a liderança de Xi Jinping, “mais de 150 altos funcionários [do Partido], além de 70 oficiais militares, e uma dúzia de executivos de grandes empresas estatais foram investigados, indiciados, julgados ou condenados” (p.146) por crimes de corrupção. A campanha contra a corrupção de Xi Jinping também se tem focado no Comité Central do PCCh, sendo, ademais, um meio para Xi “eliminar os rivais e, em seguida, revigorar o músculo leninista que havia atrofiado sob décadas de *rent-seeking* e frágil disciplina organizacional” (p.65).

Quanto à repressão, Xi Jinping demonstrou-se menos tolerante e mais assertivo quanto às críticas e dissidências do que o seu antecessor. Considerando a sociedade civil como “um canal através do qual as perigosas ideias ocidentais fluíam para a China” (Fu & Distelhorst 2018, p.106), Xi Jinping reforçou a monitorização e o controlo dos cidadãos e de todos os aspetos da vida destes. Em simultâneo, procedeu à criação da Comissão de Segurança Nacional (*zhōngyāng guójiā ānquán wěiyuánhùi*), por si liderada, e responsável tanto pela definição e coordenação de grande parte da política externa chinesa, contribuindo para a centralização dos poderes na sua figura; como pelo combate a quaisquer ameaças à segurança nacional, o que, para

Xi, envolve qualquer tipo de dissidências ou críticas ao regime e aos seus líderes (Fu & Distelhorst 2018; Lampton 2015). Os principais alvos da repressão têm sido ativistas e ONGs, sobretudo aquelas que evocam questões como Hong Kong, Taiwan ou o Tibete. A monitorização e repressão dos cidadãos também tem tido como palco o digital. Tal como Hu Jintao, Xi Jinping viu na internet um meio para a difusão de críticas ao regime, porém, ao contrário do seu antecessor, Xi percebeu que poderia também utilizar o meio cibernético para monitorizar e controlar os cidadãos, como é exemplo o WeChat ou os projetos de desenvolvimento de um ‘Sistema de Crédito Social’ (Xu & Yu 2022).

Na perspetiva de Cheek (2021), as ações e políticas de Xi Jinping traduzem-se numa ‘contrarreforma’ destinada a combater as anteriores reformas do PCCh através da consolidação e concentração do poder no líder – levando a cabo uma ‘Campanha de Retificação’ à semelhança de Mao Zedong – e dotada de três grandes prioridades: o reforço do poder do Comité Central do PCCh e das instituições centrais do Estado; o combate à corrupção e o escoamento dos lucros das empresas estatais; e a unificação do Partido e da nação chinesa.

Em conclusão, Xi Jinping adotou uma postura mais assertiva e pragmática do que o seu antecessor. Apesar disso, observam-se algumas semelhanças e uma certa continuidade em certas opções políticas. Um exemplo é o valor atribuído ao povo, considerado, tanto por Hu como por Xi, como o verdadeiro detentor do poder. Neste domínio, ambos promoveram mecanismos de participação das bases do partido, porém, e ainda que Xi Jinping tenha promovido a participação popular através dos órgãos locais do Partido, esta participação desenvolveu-se de uma forma muito limitada e sob a sombra de uma crescente centralização do poder nas estruturas centrais do PCCh que foi sucessivamente reforçando o seu controlo sobre os órgãos e os líderes locais (Fu & Distelhorst 2018; Golden 2014; Wang & Mou 2021). No mesmo sentido, qualquer pequena perspetiva de abertura política foi continuamente anulada pelos mecanismos de censura e repressão sobre aqueles que criticam o regime e os seus valores. Deste modo, e como defende Cunha (2022), Xi Jinping tem mantido

“(...) as ações e políticas de Xi Jinping traduzem-se numa ‘contrarreforma’ destinada a combater as anteriores reformas do PCCh através da consolidação e concentração do poder no líder”

“o Partido afastado da liberalização, rejeitando firmemente a divisão de poderes e o parlamentarismo e não hesita em recorrer aos instrumentos repressivos do Estado” (p. 47). Assumindo-se como um líder carismático, Xi Jinping “consolidou o poder político e centralizou a tomada de decisões mais rapidamente do que quase todas as previsões iniciais indicavam que o faria” (Blanchette & Medeiros 2022, p.61), tornando-se no líder mais poderoso desde Mao.

Conclusão

Num Sistema Político onde Estado e Partido confundem-se e onde o Estado replica a organização interna do Partido, tanto Hu Jintao como Xi Jinping tiveram a consciência e percepção de que o PCCh necessita não só de se adaptar, como de evoluir e de se reinventar para continuar a receber do povo a legitimidade necessária para a sua prolongação no poder. Em comum estes dois líderes têm, ainda, a convicção de que o poder pertence ao povo e de que a melhor forma de respeitar a vontade popular e de satisfazer os interesses dos cidadãos é através da construção de uma sociedade socialista desenvolvida. O Partido assume-se em ambos os casos como o verdadeiro instrumento para a interpretação da vontade popular, bem como uma ferramenta

essencial para o desenvolvimento económico e social da China, de modo que a sua sobrevivência é crucial para os destinos da civilização chinesa.

Na nossa análise destacam-se, pela sua relevância no objeto de estudo, quatro variáveis intervenientes: o combate à corrupção; a posição face aos críticos e dissidentes; a posição quanto à participação política; e as estratégias de controlo do poder. Deste modo, observamos que uma das prioridades comuns a ambos os líderes foi o combate à corrupção, um flagelo que assola o regime chinês há décadas. Apesar dos esforços de Hu Jintao, as suas iniciativas enfrentaram inúmeros obstáculos, revelando-se insuficientes. Quando Xi Jinping chega ao poder, decide, por sua vez, intensificar esta campanha, servindo-se dela não só para evitar o abuso de poder como de modo a perseguir os seus opositores. Quanto aos críticos do regime, denotamos uma evolução de uma postura de maior tolerância e de aproximação aos modelos democráticos, com Hu, para uma abordagem assente na repressão e na concentração do poder dentro do PCCh, com Xi. Por outro lado, quanto à participação e ao controlo do poder político observamos que Hu Jintao decidiu apostar na democratização do PCCh através da participação das camadas de base e do povo, mas também através da sua responsabilização junto dos seus pares, introduzindo no Partido um sistema de *checks and balances* numa tentativa de consolidar o seu poder, mas também de contentar os membros superiores do Partido. Xi Jinping, por sua vez, apoiou-se no afastamento dos seus opositores e na concentração do poder na sua figura. Com Xi as decisões do PCCh, e, por conseguinte, da RPC, centralizam-se em órgãos por si controlados, assegurando não só a consolidação do poder do Partido, como do poder da sua pessoa.

Por contraste a Hu Jintao, Xi Jinping tem se revelado um líder mais pragmático e autoritário, utilizando a repressão e a censura como estratégia de resiliência do PCCh e do regime chinês. Na perspetiva de Xi, o desenvolvimento económico e social e a afirmação internacional da China só será possível se a hegemonia do PCCh for assegurada, o que, por seu turno, só acontecerá através de uma governação forte e focada na centralização da decisão política nos órgãos centrais

do Partido, por si controlados. Destaca-se, deste modo, uma certa nostalgia no discurso e nas opções políticas de Xi Jinping, recuperando certos princípios confucionistas, e assumindo-se ele próprio como o governante que, melhor do que ninguém, compreende o interesse nacional e o interesse coletivo chinês e que, acima de todos, o sabe interpretar e o consegue satisfazer. Justifica-se, assim, o reforço do autoritarismo com Xi, considerando-se ele próprio como o novo ‘filho do céu’ que guiará a China a uma nova era de prosperidade.

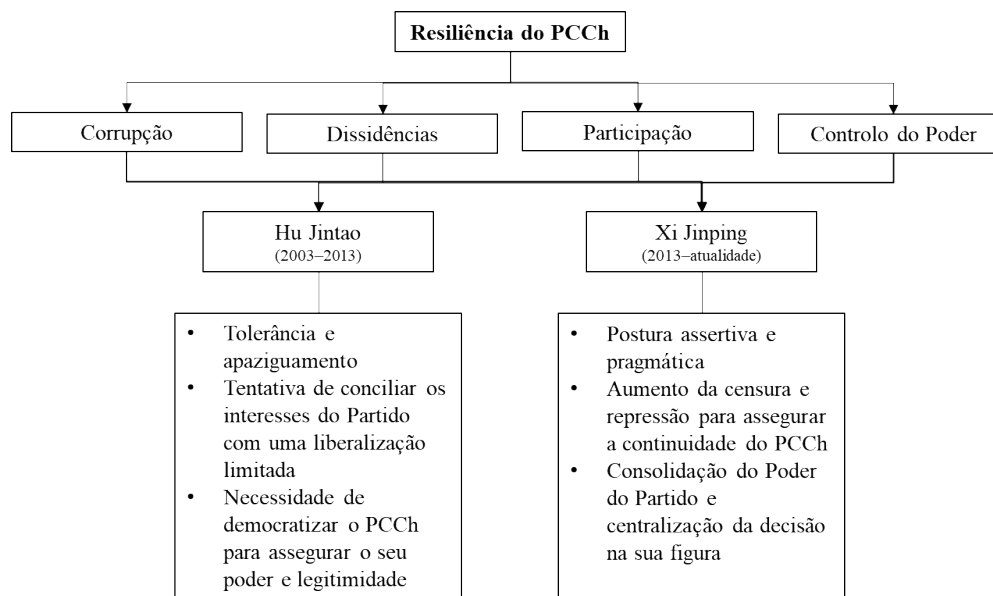


Figura 1 - Modelo de análise

Referências bibliográficas

BLANCHETTE, Jude; MEDEIROS, Evan S. - Xi Jinping’s Third Term. *Survival*. 64:5 (2022) 61–90. doi: 10.1080/00396338.2022.2126179.

BO, Zhiyue - Hu Jintao and the CCP’s ideology: A historical perspective. *Journal of Chinese Political Science*. 9:2 (2004) 27–45. doi: 10.1007/BF02877001.

CARRIÇO, Alexandre - Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. *Relações Internacionais (R:I)*. 38:2013) 23–33.

CHAN, Kwan Nok; LAM, Wai Fung; CHEN, Shaowei - Elite bargains and policy priorities in authoritarian regimes: Agenda setting in China under Xi Jinping and Hu Jintao. *Governance*. . ISSN 0952-1895, 1468-0491. 34:3 (2021) 837–854. doi: 10.1111/gove.12543.

CHEEK, Timothy - Xi Jinping’s Counter-Reformation: The Reassertion of Ideological Governance in Historical Perspective. *Journal of Contemporary China*. 30:132 (2021) 875–887. doi: 10.1080/10670564.2021.1893554.

Lei de Supervisão da República Popular da China. [Em linha] (18-03-20) [Consult. 5 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.gov.cn/xinwen/2018-03/26/content_5277463.htm>.

COOK, Sarah - *The Long Shadow of Chinese Censorship: How the Communist Party’s Media Restrictions Affect News Outlets Around the World* [Em linha]. Washington, D.C. : Center for International Media Assistance, 2013 [Consult. 25 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cima.ned.org/publication/the_long_shadow_of_chinese_censorship__how_the_communist_party__s_media_restrictions_affect_news_outlets_around_the_world/>.

CUNHA, Luís - The Resilience of the Communist Party of China. *Janus.NET - e-journal of International Relations*. . ISSN 1647-7251. 13:1 (2022) 37–52. doi: 10.26619/1647-7251.13.1.3.

CUNHA, Luís - A resiliência do Partido Comunista da China. *Janus.NET - e-journal*

- of **International Relations**. . ISSN 1647-7251. 13:1 (2022) 37–52. doi: 10.26619/1647-7251.13.1.3.
- DING, Yijiang - Consolidation of the PRC's Leadership Succession System from Hu Jintao to Xi Jinping. **China Report**. 51:1 (2015) 49–65. doi: 10.1177/0009445514557389.
- DUARTE, Paulo - **A Faixa e Rota chinesa: a convergência entre terra e mar**. Lisboa : Chiado Editora, 2017. ISBN 978-989-99457-8-4.
- DUCHÂTEL, Mathieu; GODEMENT, François - China's Politics under Hu. **Journal of Current Chinese Affairs**. 38:3 (2009) 3–11.
- ETO, Naoko - The Xi Jinping administration's desire for legitimacy: the strategic implication of its “new political party system”. **Journal of Contemporary East Asia Studies**. 11:2 (2022) 214–228. doi: 10.1080/24761028.2023.2197366.
- FERNANDES, António José - **Direito Político-Constitucional Comparado**. Lisboa : Chiado Editora, 2016
- FEWSMITH, Joseph - **China since Tiananmen: From Deng Xiaoping to Hu Jintao**. 2nd. ed. Cambridge : Cambridge University Press, 2012
- FU, Diana; DISTELHORST, Greg - Grassroots Participation and Repression under Hu Jintao and Xi Jinping. **The China Journal**. 79:2018) 100–122. doi: 10.1086/694299.
- FU, Diana; DISTELHORST, Greg - Grassroots Participation and Repression under Hu Jintao and Xi Jinping. **The China Journal**. 79:2018) 100–122. doi: 10.1086/694299.
- GANG - Politics of anti-corruption campaign. Em GORE, LANCE L. P.; YONGNIAN, ZHENG (Eds.) - **The Chinese Communist Party in Action: Consolidating Party Rule** China Policy Series. . Londres : Routledge, 2020. p. 137–158.
- GILLEY, Bruce - Deng Xiaoping and His Successors (1976 to the Present). Em JOSEPH, WILLIAM A. (Ed.) - **Politics in China: An Introduction**. Oxford : Oxford University Press, 2019. ISBN 978-0-19-087071-3. p. 124–153.
- GOLDEN, Sean - “Power from the People, for the People”: the Communist Party of China and Political Reform with Chinese Characteristics. **Notes Internacionais CIDOB**. 103 (2014) 1–6.
- GUO, Baogang - A Partocracy with Chinese Characteristics: Governance System Reform under Xi Jinping. **Journal of Contemporary China**. 29:126 (2020) 809–823. doi: 10.1080/10670564.2020.1744374.
- GUO, Sujian - The Party-State Relationship in Post-Mao China. **China Report**. 37:3 (2001) 301–315. doi: 10.1177/000944550103700301.
- HOLBIG, Heike - Remaking the CCP's Ideology: Determinants, Progress, and Limits under Hu Jintao. **Journal of Current Chinese Affairs**. 38:3 (2009) 35–61. doi: 10.1177/186810260903800303.
- JINPING, Xi - Alcançar o Triunfo Definitivo de Concluir a Construção Integral de Uma Sociedade Moderadamente Abastecida e Conquistar a Grande Vitória do Socialismo com Características Chinesas na Nova Época, 4 nov. 2017. [Consult. 30 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://br.china-embassy.gov.cn/por/ssht/SJD/>.
- JINTAO, Hu - Hu Jintao's report at 17th Party Congress: Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in all, 15 out. 2007. [Consult. 24 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm>.
- KAUTZ, Carolin - Power Struggle or Strengthening the Party: Perspectives on Xi Jinping's Anticorruption Campaign. **Journal of Chinese Political Science**. 25:3 (2020) 501–511. doi: 10.1007/s11366-020-09665-9.
- LAM, Willy - Hu woos with people power. **CNN**. [Em linha] (26 fev. 2003). . [Consult. 22 jan. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://edition.cnn.com/2003/WORLD/asiapcf/east/02/24/willy.column/>.
- LAM, Willy Wo-Lap (ED.) - **Routledge handbook of the Chinese Communist Party** Routledge handbooks. . London New York : Routledge, 2020. ISBN 978-0-367-58116-9.
- LAMPTON, David M. - Xi Jinping and the National Security Commission: policy coordination and political power. **Journal of Contemporary China**. 24:95 (2015). doi: 10.1080/10670564.2015.1013366.
- LANDRY, Pierre F. - **Decentralized Authoritarianism in China: The Communist Party's Control of Local Elites in the Post-Mao Era**. Cambridge : Cambridge University Press, 2009
- LI, Cheng - The End of the CCP's Resilient Authoritarianism? A Tripartite Assessment of Shifting Power in China. **The China Quarterly**. 211:2012) 595–623. doi: 10.1017/S0305741012000902.
- LI, Cheng - The End of the CCP's Resilient Authoritarianism? A Tripartite Assessment of Shifting Power in China. **The China Quarterly**. 211:2012) 595–623. doi: 10.1017/S0305741012000902.
- LI, Chien-Pin - Political Governance in China. Em **Rising East Asia: The Quest for Governance, Prosperity, and Security**. Washington, D.C. : CQ Press, 2020. p. 33–69.
- MILLER, Alice L. - The CCP Central Committee's Leading Small Groups. **China Leadership Monitor**. [Em linha]26 (2008) 1–21. [Consult. 12 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/CLM26AM.pdf>.
- MILLER, Alice L. - Institutionalization and the Changing Dynamics of Chinese Leadership Politics. Em **China's Changing Political Landscape: Prospects for Democracy**. Washington, D.C. : Brookings Institution Press, 2008. p. 61–79.
- PINES, Yuri - **The Everlasting Empire: The Political Culture of Ancient China and Its Imperial Legacy**. Princeton : Princeton University Press, 2012
- QIAOAN, Runya; TEETS, Jessica C. - Responsive Authoritarianism in China - a Review of

Responsiveness in Xi and Hu Administrations. **Journal of Chinese Political Science**. 25:1 (2020) 139–153. doi: 10.1007/s11366-019-09640-z.

RENMIN RIBAO - Zai ‘sange daibiao’ zhongyao sixiang lilun yanjiuhui shang de jianhua, 2 jul. 2003.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA - Constituição da República Popular da China (Revisão Constitucional de 2018), 1982. [Consult. 2 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:https://english.www.gov.cn/archive/lawsregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html>.

REUTERS - China’s Hu vows to «purify» InternetReuters, 9 ago. 2007. [Consult. 12 jan. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.reuters.com/article/us-china-internet-hu-idUSPEK9570520070124/>.

RUIZ, Raúl Ramírez - Las Nuevas Caras del Poder en China. Los Hombres de Xi Jinping y ‘La Quinta Generación de Dirigentes’. **Historia Actual Online**. 41:3 (2016) 7–23. doi: 10.36132/hao.v0i41.1341.

SAICH, Tony - What Explains the Resilience of Chinese Communist Party Rule? **The Brown Journal of World Affairs**. 27:1 (2020) 105–117.

SAICH, Tony - What Explains the Resilience of Chinese Communist Party Rule? **The Brown Journal of World Affairs**. 27:1 (2020) 105–117.

SHAMBAUGH, David - **China’s Communist Party: Atrophy and Adaptation**. Berkeley : University of California Press, 2008. ISBN 978-0-520-26007-8.

SILVA, Jorge Tavares - A consolidação do poder por Xi Jinping. **Anuário Janus**. 2018–2019:2019) 64–65.

TAYLOR, Monique - **China’s Digital Authoritarianism: A Governance Perspective** Politics and Development of Contemporary China. . Londres : Palgrave Macmillan, 2022. ISBN 978-3-031-11251-5.

TOMÉ, Luís - A grande estratégia da China de Xi Jinping: objetivos, poder nacional

abrangente e políticas. **Relações Internacionais (R:I)**. 71 (2021) 105–134.

WANG, Juan; MOU, Yu - The Paradigm Shift in the Disciplining of Village Cadres in China: From Mao to Xi. **The China Quarterly**. 248:S1 (2021) 181–199.

WONG, Yiu-Chung - Political reform and democratization in China under the leadership of Hu Jintao and Wen Jiabao. Em BRIDGES, BRIAN; HO, LOK SANG (Eds.) - **Public Governance in Asia and the Limits of Electoral Democracy**. Cheltenham : Edward Elgar Publishing, 2010. p. 57–76.

XING, Li - The Endgame or Resilience of the Chinese Communist Party’s Rule in China: A Gramscian Approach. **Journal of Chinese Political Science**. . ISSN 1080-6954, 1874-6357. 23:1 (2018) 83–104. doi: 10.1007/s11366-017-9490-y.

XINHUA - Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre o Fortalecimento da Capacidade Governamental do Partido 中共中央關於加強黨的執政能力建設的決定. **Portal do Governo Central** 中央政府门户网站. [Em linha] (26 set. 2004). . [Consult. 28 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://cpc.people.com.cn/BIG5/64162/71380/102565/182138/10326365.html>.

XINHUA - National Corruption Prevention Bureau Established. **China.org.cn**. [Em linha] (13 set. 2007). . [Consult. 22 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:http://www.china.org.cn/english/government/224301.htm>.

XINHUA - Scientific Outlook on Development becomes CPC’s theoretical guidanceChina Daily, 8 nov. 2012. [Consult. 15 fev. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://usa.chinadaily.com.cn/2012-11/08/content_15892786.htm>.

XU, Jian; YU, Haiqing - Regulating and governing China’s internet and digital media in the Xi Jinping era. **Media International Australia**. 185:1 (2022) 3–8. doi: 10.1177/1329878x221116402.

ZHAO, Suisheng - Xi Jinping’s Consolidation of Power at the 20th Party Congress: Implications for Chinese Foreign Policy. **Issues**

& Studies. . ISSN 1013-2511. 59:02 (2023) 2340005. doi: 10.1142/S1013251123400052.

ZHENG, Yongnian - The Institutionalization of the Communist Party and the Party System in China. Em HICKEN, ALLEN; KUHONTA, ERIK MARTINEZ (Eds.) - **Party System Institutionalization in Asia: Democracies, Autocracies, and the Shadows of the Past**. Cambridge : Cambridge University Press, 2014. ISBN 978-1-107-30038-5

ZHENG, Yongnian; TOK, Sow Keat - «Harmonious Society» and «Harmonious World»: China’s Policy Discourse under Hu Jintao. **China Policy Institute Briefing Series**. [Em linha] 26:2007). [Consult. 20 jan. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.nottingham.ac.uk/iaps/documents/cpi/briefings/briefing-26-harmonious-society-and-harmonious-world.pdf>.

ZHOU, Na - The National Supervisory Commission from Xi Jinping’s Anti-corruption Campaign. **East Asian Policy**. 10:4 (2018) 79–90. doi: 10.1142/S1793930518000399.